

IGNÁCIO MOURA: HISTORIADOR

IGNÁCIO MOURA: HISTORIAN

IGNÁCIO MOURA: HISTORIEN

Anna Carolina de Abreu Coelho¹
Heraldo Márcio Galvão Júnior²

27

Resumo

Com o presente artigo objetivamos discutir sobre a historiografia da Amazônia construída pelo engenheiro Ignácio Moura (1857-1929) acerca do Itacaiúnas, atual Marabá/PA, no final do século XIX. Para tal, a fonte principal é seu diário de viagem, escrito em 1896 e intitulado *De Belém a S. João do Araguaia*, cujos resultados integraram livros escolares e publicações do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). A partir de preceitos da história social e política, a fonte revelou uma produção historiográfica feita por engenheiros que utilizavam a história, a engenharia e a geografia como ferramentas interpretativas do passado e da realidade amazônica a fim de incluir a região em uma tradição de civilização e de modernidade. Nesse caminho, refletiu sobre as possibilidades de desenvolvimento do Itacaiúnas pela perspectiva utilitária dos rios e das terras com a finalidade de desenvolver a pecuária. Assim, cristaliza na história do sudeste paraense uma genealogia fundadora dos “pioneiros”, isto é, dá início a uma narrativa de heróis fundadores regionais.

Palavras-chave: Relatos de viajantes; Historiografia; História do Brasil

Abstract

With this article we aim to discuss the historiography of the Amazon built by engineer Ignácio Moura (1857-1929) about Itacaiúnas, now Marabá / PA, at the end of the 19th century. To this end, the main source is his travel diary, written in 1896 entitled *De Belém a S. João do Araguaia*, whose results included school books and Instituto Histórico e Geográfico do Pará publications. Based on the precepts of Social and Political History, the source revealed a historiographical production made by engineers who used history, engineering and geography as interpretative tools of the past and the Amazonian reality in order to include the region in a tradition of civilization and of modernity. In this way, he reflected on the possibilities of development of Itacaiúnas from the utilitarian perspective of rivers and lands in order to develop livestock. Thus, a genealogy that founds the “pioneers” crystallizes in the history of the southeast of Pará, that is, it begins a narrative of regional founding heroes.

Keywords: Traveler's reports; Historiography; History of Brazil

Résumé

Avec cet article, nous visons à discuter de l'historiographie de l'Amazonie construite par l'ingénieur Ignácio Moura (1857-1929) à propos d'Itacaiúnas, actuellement Marabá / PA, à la fin du 19^{ème} siècle. Pour cela, la source principale est son carnet de voyage, écrit en 1896 et intitulé *De Belém à S. João do Araguaia*, dont les résultats comprennent des manuels scolaires et des publications de l'Institut historique et géographique du Pará (IHGP). Basée sur des préceptes d'histoire sociale et politique, la source révèle une production historiographique réalisée par des ingénieurs qui ont utilisé l'histoire, l'ingénierie et la géographie comme outils d'interprétation du passé et de la réalité amazonienne afin d'inscrire la région dans une tradition de civilisation et de modernité. De cette manière, il a réfléchi sur les possibilités de développement d'Itacaiúnas du point de vue utilitaire des rivières et des terres afin de développer l'élevage. Ainsi, une généalogie fondée

¹ Professora Adjunta do curso de História da Faculdade de Ciências Humanas do Instituto de Estudos do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: annacarolinaabreu@unifesspa.edu.br

² Professor Adjunto do curso de História da Faculdade de Ciências Humanas do Instituto de Estudos do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: heraldogalvao@unifesspa.edu.br

au sud-est du Pará cristallise une généalogie fondatrice des «pionniers», c'est-à-dire qu'elle initie un récit des héros fondateurs régionaux.

Mots clés: rapports de voyageurs; Historiographie; Histoire du Brésil

INTRODUÇÃO

Mesmo com a história obtendo o status de disciplina no século XIX, quem a escrevia não eram de fato historiadores ou professores especialistas. No Brasil, a escrita desta história enquanto (in)disciplina ocorria pela tinta de médicos, pintores, literatos e intelectuais que vasculhavam fontes oficiais em busca de fatos, personagens e datas para cantar a glória ou colocar o país nos trilhos do “progresso”. Estes escritores da história pátria ou regionalizada passaram a selecionar e organizar elementos com a finalidade de compor uma unidade e consciência nacional. Para isso, julgaram essencial a investigação histórica, literária, gramatical, antropológica, simbólica, econômica e social, assim como de instituições políticas, educacionais e de saúde. A partir destes resultados e com a geografia como mestra, o território foi apresentado enquanto orgulho nacional devido à localização, à fertilidade, ao clima, à exuberância da natureza, entre outros aspectos que eram expostos cotidianamente nos periódicos, materiais didáticos e livros. Estes estudos ocorriam justamente em um momento neocolonialista em que as principais potências internacionais disputavam territórios e em que os governo e diversos setores intelectuais defendiam a delimitação e fortalecimento das fronteiras, o mapeamento de recursos naturais, desenvolver agriculturas específicas mediante a fertilidade dos solos e o desenvolvimento dos setores energéticos. Em outras palavras, a geografia foi instrumentalizada como necessária para a elaboração de políticas públicas, entretanto a geografia necessitaria de sua principal aliada, “a história, para apresentar um conjunto verossímil e coerente de feitos históricos capazes de gerar no indivíduo orgulho de pertencer ao país, ou seja, a história ficou encarregada de promover a narrativa dos grandes feitos que assegurassem a posse das terras (GALVÃO JÚNIOR, 2013, p. 28).

Nesta empreitada, os intelectuais buscavam, além do sentimento de pertencimento à nação, a matriz básica regional que pudesse servir de exemplo ao restante do país. Nesse sentido, a história promovida na região sudeste, baseando-se na figura do bandeirante, acabou por se sobrepôr à historiografia nacional, oferecendo sustentação documental (ABUD, 1999). Podemos encontrar aspectos semelhantes, em diversas regionalidades, a exemplo do Pará. A fim de colocar a Amazônia na “marcha do progresso”, o fez com uma crescente produção historiográfica que alinhava temas da região à uma história nacional durante as primeiras décadas do século XX, inclusive propondo novas perspectivas historiográficas, como as teses escritas por intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará a respeito da adesão do Pará à independência do Brasil (FIGUEIREDO, 2009).

Nesse contexto, foi essencial a atuação de engenheiros como historiadores, que se fizeram muito presentes na historiografia da Amazônia, como Ignácio Baptista de Moura, sujeito e objeto deste artigo. Ele foi um dos responsáveis por uma produção historiográfica muito específica em nível nacional, pois através da união da história, engenharia e geografia, obteve a ferramenta interpretativa do passado e da realidade amazônica fundamental para inseri-la em uma tradição de civilização e de modernidade. Mesmo que a maior parte de suas análises tenha sido direcionadas à uma Belém moderna, da *Belle Époque* do látex, que na época

poderia ser comparada a cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, seu olhar fixou-se também no interior, especialmente na região do Araguaia, em torno do Burgo de Itacayunas, atual cidade de Marabá. Moraes (2009) conceitua essa historiografia paraense enquanto “engenharia da história”, pois guarda acepção de “operação historiográfica” nos termos de Certeau (2002) quando identifica o lugar do discurso, procedimentos de análise e construção do texto. Com isso, é importante frisar que a mão que escrevia a história também projetava o progresso com movimentos da engenharia moderna; este é seu lugar de fala, uma marca próxima de uma interpretação da natureza, do passado e do ambiente social e urbano de um interior que se pretendia desenvolver.

Como engenheiro dotado de capital social e cultural³, cuja formação ocorreu segundo os cânones franceses presentes na Politécnica do Rio de Janeiro, isto é, sob preceitos positivistas que visavam explicar os fenômenos sociais a partir de do domínio científico, Ignácio Moura teve uma participação particular na construção de discursos sobre o espaço e sobre o passado da Amazônia. Além de produzir livros e cartilhas escolares que foram distribuídas nas escolas paraenses, foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, produzindo diversos estudos históricos que foram da engenharia ao passado e do urbanismo ao espaço amazônico com preceitos de progresso, urbanização, higienização e civilização presentes. Assim, o objetivo deste artigo é compreender a visão histórica do engenheiro, geógrafo, historiador e viajante Ignácio Moura acerca da região do Araguaia e sua contribuição para a historiografia paraense em finais do século XIX e início do século XX.

HISTORIOGRAFIA E VIAGENS: REGIÃO DO ARAGUAIA EM FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

A Amazônia vem sendo vista, há muito tempo, enquanto território homogêneo, identificada com o indígena em meio à natureza, com os grandes projetos em épocas de ditadura civil-militar, entre outros que desconsideram sua pluralidade histórica e cultural. Se Belém, capital do estado do Pará, carrega estes estigmas, no interior do estado eles se aprofundam. Os conhecimentos históricos, geográficos, sociológicos, antropológicos, educacionais e artísticos são estratégicos para o conhecimento das diversas realidades encontradas nestes sistemas sociais (WILIAMS, 1992).

A partir destes conhecimentos, pode-se problematizar e desconstruir a imagem consolidada de que a região é livre da ação histórica. Além disso, eles são decisivos para o reconhecimento da diversidade cultural de variados grupos sociais que compõem a paisagem humana da região em suas experiências, estratégias e táticas de enfrentamentos, combates, disputas, negociações, alianças, conflitos, sociabilidades e heranças. Revelam-se, assim, diversas Amazônias com contextos variados e heterogêneos. Desta forma, constituindo a base material e imaterial de enraizamento deste artigo, temos o contexto sociohistórico da região do Araguaia e a produção historiográfica do final do século XIX e início do século XX sobre a região, levada a cabo por engenheiros-historiadores-geógrafos.

³Sobre a conceituação de capital cultural ver: BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998; BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Les héritiers: les étudiants et la culture**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.

Sugere-se que a construção de uma ideia de interior amazônico paraense na historiografia, em especial sobre a região de Marabá, tenha ocorrido em três momentos principais durante a Primeira República. Primeiramente a partir de uma ótica francesa promovida pelos viajantes geógrafos Marie Octavie Coudreau e Henri-Anatole Coudreau, cujas obras foram publicadas na década de 1890. Eles viajaram ao Brasil em fins do século XIX e produziram dois livros importantes para esta pesquisa: *Voyage au Tocantins-Araguaya: 31 décembre 1896-23 mai 1897*, publicado em Paris, em 1897, pela A. Laheure, Imprimeur-Éditeur, e *Voyage a Itaboca et a l'Itacayuna*, pela mesma editora, em 1898 (BENOIT,2000).

Em data próxima aos viajantes geógrafos franceses, viajaram alguns engenheiros-historiadores, também com apoio público, como Ignácio Baptista de Moura. Mesmo que os anos da viagem tenham coincido, os relatos e análises de Moura foram publicados apenas a partir de 1910, revelando aproximações com discursos políticos diferentes e as intenções de seus interlocutores. O fato é que tanto os franceses quanto os brasileiros supracitados tornaram-se clássicos fascinados pela riqueza natural da região e serviram como régua a outras leituras posteriores que se desenvolveram sobre a Amazônia. Além disso, acompanharam e contribuíram para a construção das questões políticas, sociais, econômicas e culturais de projetos estatais para a região, levados a cabo pelas oligarquias locais. Ignácio Baptista de Moura, “engenheiro-historiador”, publicou suas impressões sobre a região na década de 1910 para inserir a Amazônia no “progresso” brasileiro e mundial. Muitas vezes o autor apresentou, em tom de crítica, o casal francês devido ao favorecimento das condições de trabalho dadas aos franceses em detrimento de sua viagem:

M. e Mm e Coudreau atravessaram, em 1897, os desertos riquíssimos da região tocantina. Unidos de instrumentos talvez mais perfeitos, ajudados de favores públicos mais vantajosos, e precedidos de famas científica de maior competência, confirmaram, no livro que a esse respeito escreveram a existência das maravilhas referidas por mim em alguns jornais do Brasil (MOURA, 1910, p.1).

Por fim, o terceiro momento, na década de 1920, o governo estadual, sob o comando de Dionísio Bentes, promoveu uma série de viagens para a região e publicou algumas obras, como *Pelo Tocantins paraense: uma viagem a Marabá*. O foco desse artigo recairá, de acordo com a proposta do dossiê, na historiografia paraense a partir da viagem de Ignácio Baptista de Moura, engenheiro que se aventura pela história. Estudar a história da historiografia da região é contemplar as dinâmicas sociais amazônicas, seus efeitos sociais e ambientais que geraram desigualdades sociais, condições de vida, de cultura e de trabalho precárias, ocorridas pela maneira como se organizou o capital na região e sua relação com o Estado, que intermediou as relações a partir da implementação de políticas públicas. Nesta heterogeneidade discursiva são reveladas tensões produzidas no jogo das relações de poder, de emancipação e de resistências, indicando formações ideológicas.

Mais especificamente, a fonte primária que compõe esse artigo consiste no relato de viagem de Ignácio Baptista de Moura ao burgo de Itacayunas em 1896. A partir de seus relatos, publicou um livro em 1910 que se liga às fontes históricas conhecidas como “literatura de viagem” ou “diários de viagem”. Conforme lembram os historiadores Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira (1998), o historiador social deve ficar atento a três importantes pontos: autor, obra e contexto. Nesse sentido, o texto possui uma lógica social

inserida no contexto de seu tempo; a reflexão a respeito da literatura deve historicizar o texto, inserindo-o no movimento da sociedade e buscando revelar a forma como constrói ou representa sua realidade social. Servindo de modelo a forma utilizada por Raymond Williams em o *Campo e a Cidade* para compreender os autores e suas obras dentro de sua “comunidade cognoscível”, busca-se perceber a historiografia em suas mudanças e/ou permanências na forma de olhar a paisagem (WILLIAMS, 2011, p.212).

A viagem de Moura suscita metáforas, gerando um manancial de símbolos que podem exprimir as ideias de vida e de morte. Morte como passagem, mobilidade ou deslocamento para regiões desconhecidas e vida como trajetória, caminho, peregrinação: “viagem, vida e morte são deslocamentos” (LEED, 1992, p.36). Esse viajante entra no debate da década de 1890 como discussão sobre estranhamento ou distanciamento como forma de conhecer (GINZBURG,1998). Seus relatos são indícios que servem como chaves para o conhecimento das realidades, principalmente quando analisadas de maneira intensa e profunda, pois as leituras mais antigas de determinados relatos não consideram, com certa frequência, partes pequenas dos relatos devido à preservação dos hábitos. Para analisar estes relatos, tem-se como apoio metodológico a Análise Textual Discursiva, determinada como metodologia que envolve um conjunto de técnicas de pesquisa, em abordagem interdisciplinar, cujo objetivo é buscar sentido ou sentidos no texto, produzir inferências (MORAES; GALIAZZI, 2007).

Entretanto, estes relatos não são apenas individuais, mas representam ideias coletivas ou de grupos. Ignácio Baptista de Moura, por exemplo, fez parte de algumas agremiações e comitês cívicos formados entre o final do século XIX e início do século XX e que passaram a promover estudos de caráter histórico, assim como eventos cívicos, literários e artísticos – Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1917), o *Club* de Engenharia do Pará (1918), a Escola de Agronomia do Pará (1919), o Centro Pedagógico do Pará (1920) e a Universidade Livre do Pará (1924). Há uma área cultural de interesse imediato da sociologia mais geral e da história social e cultural, o “status social” e a “formação social dos intelectuais”. O conceito de “intelectual” é historicamente definido e carrega sentidos de produção e reprodução da ordem social e cultural. O uso desta palavra carrega desconforto por também poder representar arrogância ou racionalização da falta de senso prático; no geral são produtores culturais, como aponta Williams (1992). Gramsci (2000), ao afirmar que todos os homens são intelectuais, mas que nem todos têm, na sociedade, a função de intelectuais, quer dizer que todo homem, fora de sua profissão, exerce alguma atividade intelectual, seja artística ou filosófica, e que contribui para manter ou para modificar sua concepção de mundo. Com isso, distingue os “intelectuais tradicionais” dos “orgânicos”.

A união destes pequenos grupos gerou a formação do “Comitê Patriótico” em Belém, do qual também faziam parte Palma Muniz, Henrique Santa Rosa e Theodoro Braga. Este grupo intelectual compartilhava de princípios e valores específicos, o que interessa aos estudos que trazem no bojo análises sobre a história social da cultura, antropologia social e sociologia política. Estes grupos, inteligíveis por eles ideológicos, culturais e afetivos, são importantes objetos de análise com as quais podemos compreender o sistema social. Segundo Raymond Williams (1992), este tipo de sistema social é a soma de diversos sistemas, como o econômico, o político e os geracionais, que possuem suas próprias significações. Deve-se relacioná-los, mas também analisá-los separadamente. Nesse sentido, a cultura é considerada por ele como

um sistema de significações que perpassa todos os outros, portanto carrega certas significações de outros sistemas.

IGNÁCIO MOURA: VIAJANTE, ENGENHEIRO, HISTORIADOR

Muito comuns ao longo do século XIX, as narrativas de viagens promovidas por estrangeiros ou brasileiros podem ser agrupadas, segundo COSTA (2006), a partir de três tipos principais de viagens: científicas, pessoais e a serviço do país. Embora possam se inter-relacionar, todas elas geraram relatos de experiência que puderam tornar-se relatórios, romances ou subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas, principalmente aquelas “a serviço do país”. Ligadas essencialmente ao conhecimento e ao poder político, geravam o conhecimento acerca das províncias mais distantes, necessário para o desenvolvimento da unidade nacional, evitando descentralização, revoltas ou movimentos separatistas (SARGES; COELHO, 2014).

Com o advento do segundo reinado, ocorreu uma dinâmica de propostas para a abertura dos rios às navegações. Missões religiosas dos capuchinhos, salesianos e dominicanos foram subvencionadas pelo governo imperial e fizeram parte de frentes de expansão no Araguaia, Xingu, Tocantins e Amazonas. O recém-instituído regime republicano continuou apoiando as missões religiosas, como demonstra a atuação de Frei Gil Villanova, dominicano de origem francesa que, entre 1889 e 1904, atuou em uma missão que viria a ser conhecida como “Conceição” nas proximidades do Araguaia. Frei Gil conseguiu apoio governamental do estado do Pará nas gestões de Paes de Carvalho e de Augusto Montenegro (CHAVES, 2008, p.129-132).

Entre fins do século XIX e início do século XX, diversas discussões sobre a região do sul e do sudeste do Pará eram travadas. Por um lado, viajantes estrangeiros eram movidos por interesses antropológicos e geográficos e, por vezes, interpretavam a região e seus moradores enquanto inferiores ou entraves ao progresso⁴. Por outro, viajantes brasileiros, vindos principalmente da região de Belém, procuravam compreender a região enquanto projeto político, nacionalista e identitário, em sua maioria engenheiros. Os engenheiros estiveram à frente na produção historiográfica paraense, promovendo grandes aproximações com o pensamento geográfico e contribuindo com uma ideia de projeto político pensado para a Amazônia, com especial atenção para a região norte e nordeste do estado. Entretanto, mesmo que em menor grau neste período, a região do sul e sudeste do Pará foi considerada neste projeto de conhecimento e

4A exemplo de uma vasta literatura como: Congrès national des sociétés historiques et scientifiques (130th : 2005 : La Rochelle, France). Les voyageurs charentais et la redécouverte des Amériques (XVIIIe-XIXe siècles) / sous la direction de Guy Martinière et Jean-Bernard Vaultier. Publisher : Paris : Les Indes savantes ; [Saintes] : Le Croît vif, [2016]. Esta publicação conta com o conteúdo: Préface / Jean Flouret, Guy Martinière -- De Rochefort à Cayenne : carrières et réseaux d'influence au sein de l'administration coloniale au XVIIIe siècle en France -- Redécouvrir l'Amérique : valoriser les richesses naturelles du Rio de la Plata selon Aimé Bonpland (1815-1858) -- Le Voyage dans l'Amérique méridionale d'Alcide d'Orbigny : une oeuvre pour des lectures multiples... -- D'Orbigny et Douville : Rencontre avec un imposteur -- Le "laboratoire" argentin de deux savants rochelais : Aimé Bonpland (1773-1858) et Alcide d'Orbigny (1802-1857) -- Du voyage de collections au classement scientifique : les officiers de santé de la marine de Rochefort et leurs rapports à l'histoire naturelle (1817-1851) -- Regards croisés de deux naturalistes charentais du XIXe siècle sur les populations extra-européennes : Jean-René-Constant Quoy et Pierre-Adolphe Lesson -- Vers une définition historique de l'explorateur : Henri Coudreau (1859-1899), de la Charente à l'Amazone -- Henri Coudreau et la question du Contesté franco-brésilien -- Lettres d'Amérique du Sud (1878-1910) : Un correspondant de la Société de géographie de Rochefort Elisée Trivier.

reconhecimento do estado para que pudessem ser melhores identificadas as áreas de atuação para o desenvolvimento da região. Esta interligação entre história e geografia por intermédio de engenheiros-historiadores, característica comum à época, foi importante, pois com a primeira, vislumbrava-se buscar e reinterpretar o passado amazônico a fim de incluí-la em uma tradição de “civilização” e de modernidade ocidental, isto é, colocá-la na marcha do “progresso”, e com a segunda, identificar as bases espaciais que contribuísssem com a identidade local e, ao mesmo tempo, dessem apoio para as ações do Estado (MORAES, 2009).

Com o *boom* da borracha no final do século XIX, a Belém configurada pela colonização portuguesa com suas ruas estreitas, igrejas barrocas e seus azulejos, começa a dar espaço para a Belém moderna. Sua localização portuária fez com que se tornasse a cidade em torno da qual se organizava a vida comercial e cultural da região norte do país. Com o aumento dos impostos sobre o látex, o governo passou a criar espaços urbanos condizentes com as comodidades da vida moderna exigidas pelos habitantes das classes média e alta. Antônio Lemos promoveu a arborização das ruas com mangueiras, calçou as vias públicas com pedras francesas, construiu o Teatro da Paz, praças, boulevards, asilos, hospitais e mercados e implantou sistemas de água e esgoto em algumas regiões de Belém, nessa fase conhecida como *Belle Époque*.⁵ Essa “pequena Paris”⁶ possuía famílias com alto poder aquisitivo que consumiam produtos do exterior como brinquedos, livros, perfumes, louças, auxiliando no aumento do consumismo, assim como faziam diversas viagens à Europa (NUNES, 2001).

De maneira parecida, este exercício político de compreensão da realidade local e de definição da nacionalidade e da identidade amazônica apontava o olhar para a região do Araguaia, gerando viagens e discussões entre gerações de intelectuais com distintas visões políticas, o que, no caso desse artigo, inclui o engenheiro-historiador Ignácio Moura, que tem uma interpretação própria da natureza, do passado, do ambiente social e urbano de Belém que se pretendia moderna e, como procura-se fazer nesse momento, da região sudeste do Pará.

Inserido neste contexto e espaços, temos a figura de Ignácio Baptista de Moura (1857-1929) que acreditamos ser um dos primeiros a promover viagens de conhecimento e reconhecimento acerca da região na nascente República. Nascido em Cametá, município localizado na margem esquerda do Rio Tocantins, região habitada pelos indígenas Caamutás, grupo étnico Tupi, era filho do coronel João Moura, veterano da Guerra do Paraguai. Imortalizou a figura do pai na galeria de paraenses ilustres. Apreciador da literatura romântica que se aproximava da Europa, militou pela causa republicana e abolicionista a partir de uma perspectiva civilizatória em que a Amazônia deveria integrar o progresso tal qual as nações modernas, retirando o autoritarismo e a tirania de seu passado. Para isso, deveria haver a valorização do trabalhador a partir do melhoramento cultural das classes baixas e atenção especial à educação dos jovens. A partir desta última intenção, produziu cartilhas “ao modo da Terceira República francesa” que foram distribuídas nas

⁵Sobre estas questões, ver WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1859-1920)*. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 1993.; SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.; TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão Pará: instantes e evocações da cidade*. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1976. ⁶NUNES. Benedito. *Paris N'América*. Asa da palavra, Belém, v., n. 12, julho, 2001.

escolas primárias, afinal naquele início do século a infância era o momento essencial em que se deveria cultivar o civismo. Nestas estava incorporada sua visão acerca da história e da historiografia.

Ignácio Moura integrou o grupo que produziu um volume contendo avaliação histórica, geográfica e econômica do Pará por um viés cientificista, composto por Henrique Santa Rosa, José Coelho da Gama Abreu, Pedro Tavares, Manoel Nina Ribeiro e Adalberto Torrezão, para ser apresentado na Exposição Universal de Chicago, cujo texto foi publicado em francês, em 1897, contendo 23 fotografias de prédios e ruas do Pará, assim como um mapa de Belém e um do estado. Em 1895, Moura esteve à frente da exposição artística industrial do Liceu Benjamin Constant, um “marco do progresso cultural paraense”, com muitas exposições, inclusive de artistas europeus contratados pelo governo do Pará, como Domenico de Angelis, Maurice Blaise e Davi Widhopff. Fez parte também do quadro social da Mina Literária, fundada em 1895, uma instituição composta por “letrados” para reunir artistas paraenses e divulgar sua cultura para o restante do país e para o estrangeiro.

No ano de 1900, em pleno centenário oficial da chegada dos portugueses ao Brasil, Ignácio Moura, juntamente com Estephanio Silva, publica seu primeiro trabalho biográfico, *Vultos e descobrimentos do Brasil e da Amazônia*, em que compila diversos documentos históricos de arquivos brasileiros e europeus. Neste mesmo ano, publicou *Geographia política do Estado do Pará*, no livro *O Pará em 1900*, sobre a toponímia amazônica, utilizada até hoje para compreender a mudança dos nomes indígenas, em especial nos séculos XVIII e XIX. Ainda neste ano, fez parte do grupo que militou no Instituto Histórico e Geográfico do Pará junto com Santa Rosa e Palma Muniz, em que um dos objetivos era recuperar a ancestralidade da civilização amazônica para incluí-los no progresso. A primeira diretoria da instituição foi uma somatória de figuras carimbadas da historiografia e da intelectualidade paraense, como era o caso de Arthur Vianna, Francisco F. de Vilhena Alves e do Barão do Guajará (Domingos Antonio Raiol); o Instituto Histórico e Geográfico do Pará publicou apenas um número de sua revista e foi “desativado”. Em 1917, ocorreu uma refundação, esta geração se considerava “fundadora” e alguns dos intelectuais de mais destaque participaram das duas fases como Ignácio Moura, Palma Muniz e Henrique Santa Rosa (Moraes, 2009; Guimarães, 2012). A partir destas intenções, vai a Viena em 1908 para apresentar um trabalho no Congresso Internacional de Americanistas, que consistia em explicar sobre a situação dos índios da Amazônia entre o presente e o passado, intitulado *Sur le Progrès de l'Amazonie et plus ses Indiens*.

Seguindo a mesma temática, publicou *De Belém a S. João do Araguaia* em 1910. Tem-se especial atenção por esta obra por refletir sobre a região do burgo de Itacayuna, atual região de Marabá, inserindo-a, além de Belém, nas intenções de progresso moderno e modernista. Esta obra guarda os relatos de Moura ao viajar com alguns amigos para a região, confrontando sua realidade com a de “homens e riquezas” à mercê da sorte que, segundo ele, aguardavam os rumos do progresso.

Em relação à educação, Moura tornou-se professor catedrático de aritmética e álgebra do Gynásio Paes de Carvalho e escreveu cartilhas a serem distribuídas nas escolas, incluindo as do interior. Na década de 1910, em meio aos preparativos do tricentenário de Belém, Moura tem papel fundamental, pois celebra a história e, ao mesmo tempo, leva a cabo um projeto de construção da identidade nacional; recorda os costumes ao mesmo tempo em que insere o Pará na “marcha do progresso”. As comemorações resultam no

Anuário de Belém (1616-1916), organizado por Moura, e que conta com a participação dos mais importantes intelectuais locais em seus aspectos histórico, artístico e comercial local. Nele, insere um estudo sobre os primeiros viajantes que antecederam a presença portuguesa na Amazônia. Como mentor de eventos cívicos e construtor de uma história local, principalmente a partir do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, seus diversos estudos da história pátria com foco no norte foram a base para a versão oficial da história paraense, veiculada nas cartilhas, imprensa, livros didáticos, representações artísticas e literárias. Seguindo essa ótica, a formação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará ocorreu em 1917, unindo história e geografia em uma única ciência para compreender a análise social de um povo a fim de vislumbrar seu desenvolvimento contando com Moura como seu presidente (MORAES, 2009, p. 29).

Na década de 1920, organizou mostras e exposições de arte, literatura e história, com base no Instituto Histórico e Geográfico do Pará, mantendo sempre a conexão entre letras e política como faces de uma mesma moeda em sua carreira:

Fosse para traçar o contorno do caráter de um Antonio Vieira, um Vicente Pinzón, um Domênico de Angelis ou mesmo de um político da época, Ignácio Baptista de Moura se investia de historiador do presente, militante na arena pública das letras, para escrever a história da nação (FIGUEIREDO; MORAES, 2007).

Ligados a estes intelectuais e instituições, nestes tempos iniciais da nascente República, o governo paraense, representado pela figura de Lauro Sodré, intencionava o desenvolvimento nos moldes capitalistas do estado a partir do conhecimento e da colonização do seu interior. Para tal, promoveu políticas de incentivo à povoação, ao desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da extração de castanha e do caucho, uma variedade de árvore de onde se podia extrair o látex. Além disso, financiou explorações e concedeu empréstimos a migrantes goianos e maranhenses interessados na empreitada, como a Carlos Leitão, um dos responsáveis pela ocupação da região conhecida como Burgo Agrícola de Itacayunas, atual Marabá. Entretanto, devido ao *boom* das atividades extrativas em praticamente todo o estado – como o do látex e da castanha –, altamente lucrativas, o governo passou a se preocupar com a produção de alimentos que dessem conta da população e com a posse de suas terras distantes da capital e de difícil acesso devido às características físicas da localidade.

Com a finalidade de fortalecer a agricultura, Lauro Sodré tomou uma série de medidas para evitar a escassez de alimentos, como a redução de impostos sobre a exportação do cacau em 4% e sobre a castanha do Pará em 16%. Eliminou todos os impostos estaduais sobre os produtos alimentícios e bens manufaturados, incentivou o cultivo da cana e prometeu auxílio entre cinco e sete contos de réis a quem cultivasse qualquer produto agrícola promissor. Além disso, sancionou a Lei de 28 de outubro de 1891, que definia os registros e vendas de terras públicas, discriminação e legitimação de posses (CARNEIRO, 2018; WEINSTEIN, 1993).

Para verificar as reais condições da região e fiscalizar se os acordos firmados entre o governo estadual e os colonizadores estavam sendo cumpridos, Lauro Sodré financiou viagens exploratórias, como a do engenheiro Ignácio Baptista de Moura em 1896, “a serviço do país”, cujos relatos foram publicados em forma de livro em 1910, intitulado *De Belém a S. João do Araguaia*. Um dos principais objetivos desta viagem era promover uma análise das condições para o desenvolvimento da atividade agropastoril na região do Araguaia, especificamente no Burgo de Itacayunas, já que as populações locais haviam se voltado

principalmente para as atividades extrativas e os colonos não estavam cumprindo os acordos outrora firmados.

Imbuído desses objetivos, Moura descreve em seu texto, os lugares por onde passa com foco na natureza, na topografia, nas possibilidades de abertura de campos para plantações e para pastos. Destaca-se, em sua narrativa, que ao mesmo tempo em que vai construindo a ideia de uma região com grande potencial agropastoril, a atividade extrativista, especialmente em castanhais, adquire sentido negativo devido às doenças que assolam este ambiente de trabalho.

Moura afirma que as viagens feitas por M. e Mme Coudreau na verdade vieram só confirmar o que ele mesmo já havia publicado em diversos jornais do país sobre a região. Com ironia, sugere que a viagem dos franceses teria sido desnecessária, mesmo estes possuindo “favores públicos mais vantajosos, e precedidos de fama científica de maior competência” (p. 01). Além de viagem desnecessária, segundo o trecho, os acusa de plágio. É desta maneira que ele se insere no debate sobre a região do sul e do sudeste do Pará, pois fizera uma viagem similar à do casal Coudreau, entretanto, segundo ele, com intenções diversas. Enquanto os estrangeiros procuravam na região o exótico e o diferente, Moura intencionava desenvolver o estado, “visitando essa extensa zona da minha terra, onde riquezas e homens esperam a hora abençoada de maior patriotismo para receber a consagração do valor e direitos estatuídos” (MOURA, 1910, p. 01). Mesmo com legítimas intenções de desenvolvimento local e regional, as regiões do interior e, conseqüentemente, sua população, eram identificadas pela inferioridade e passividade perante os modernos advindos da capital do estado, pois apenas esperavam o que lhes era de direito.

A partir de uma linguagem literária, o autor não identifica na natureza o exótico, o idílico ou o perigo, mas o combustível que convidava o espírito a cogitações e ao estudo. Uma natureza que evoca a ciência e afasta o caráter estritamente contemplativo. Sua partida de Belém, em uma das mais “belas noites tropicais. Céu límpido e estrelado, bahia calma” (MOURA, 1910, p. 02), soma-se a grandes navios e vapores atracados no porto e a uma “aureola da luz eléctrica” que sacraliza “uma das mais importantes capitais da América do sul” (MOURA, 1910, p. 02). Uma capital erigida em meio à natureza inóspita, porém domesticada, sagra-se com a auréola da modernidade e do progresso. É deste quadro, cuja luz eléctrica santifica, que saem pessoas, ideias, identidades e intenções que vão, pelo rio, até o sul e o sudeste do Pará.

Comissionado pelo Governo do Pará, partiu do porto de Belém em 04 de março de 1896 a bordo da lancha Alcobaça. Acompanhado de alguns amigos e auxiliares, tinha como finalidade inspecionar o burgo Itacayuna (atual região de Marabá) onde, a partir de favores do Estado, o Coronel Carlos Leitão havia fundado uma colônia agrícola com seus companheiros foragidos da “guerra civil da Boa-Vista”. Carlos Leitão aparece enquanto portador de civilidade ao tentar, com um pequeno grupo, desenvolver a região. Ele recebera do governador Lauro Sodré, em 1895, um auxílio de dez contos de réis para fundar uma colônia e explorar a região (CORMINEIRO, 2015, p.8). Como ponto inicial da colonização, o burgo foi formado na praia dos Quindangues, à margem esquerda do rio Tocantins, 8 km a jusante da foz do rio Itacaiúnas, em sítio alto e livre de enchentes (VELHO, 2009).

Oriundos de Boa Vista (atual Tocantinópolis), o grupo chefiado por Carlos Gomes Leitão foi para a região em decorrência das disputas políticas entre os coronéis daquela região e que ficou conhecida como

Guerra da Boa Vista. Este conflito estava relacionado com as lutas pelo poder entre dois coronéis locais, sendo um deles Carlos Leitão, deputado estadual florianista⁷. Com o desfecho da luta, Leitão foi obrigado a se retirar com seus partidários para o sudeste do Pará (EMMI, 1988), em que foi recebido por Lauro Sodré, também partidário do florianismo. Sodré, cujas intenções no final do século XIX já eram de exploração da região devido às suas características físicas, teve uma nova preocupação: a manutenção do território frente à migração de goianos e maranhenses. Para resolver estas questões, o governador do estado firmou parceria com Carlos Leitão, concedendo subsídios para o desenvolvimento regional e impondo rigorosas exigências. Assim, com a intenção de formar um burgo agrícola e procurar campos naturais para a criação de gado, Paes de Carvalho autorizou a acomodação de cem famílias oriundas dos estados de Goiás e Maranhão (BARROS, 1984; SANTIAGO, 2006). Entretanto, a descoberta do caucho atraiu as atenções dos moradores e dos novos migrantes, fazendo com que as intenções iniciais fossem deixadas de lado, modificando as relações entre os antigos colonos e introduzindo o domínio do capital mercantil. Apenas em pequenas ilhas do rio Tocantins, defronte ao burgo, praticou-se em pequena escala a pecuária, direcionada quase que somente ao sustento da comunidade. Ainda assim, a atividade era prejudicada pelo alagamento nas épocas das cheias.

Sodré, que segundo Weinstein (1993) era um defensor da economia positivista e de teorias monetárias conservadoras, teve como uma das maiores preocupações a decadência do setor agropastoril paraense, tanto para a exportação quanto para o consumo local, como aponta em mensagem ao Congresso do Estado do Pará, em 1893:

falando da situação da lavoura e da irresistível atração que naturalmente leva para a indústria da borracha todos os homens à cata de mais alta remuneração do trabalho, assim que quase todos os braços livres abandonam a agricultura e lavradores não encontram já recursos suficientes para continuarem a aproveitar a terra. (SODRÉ, 1983, p. 25)

É com estas intenções de desenvolvimento da atividade agropastoril que trava relações com Carlos Leitão, que inicialmente compartilha das mesmas ideias de Sodré, mas não tardou a demonstrar interesses diversos, aproximando-se mais profundamente da atividade extratora. É importante lembrar que o governo não tinha a intenção de acabar com o extrativismo, muito rentável, mas aproveitar “a superabundância de braços (...) que vivem da indústria extrativa” (SODRÉ, 1983, p. 22) na agricultura para assim contemplar o progresso paraense. Para isso, a colonização do sudeste paraense se fazia necessária. Esta mudança de foco econômico dos moradores da região gerou uma quebra de contrato entre Leitão e Sodré, fazendo com que o governo promovesse viagem para colher informações e detalhar a importância da região para justificar sua ocupação e subsidiar intervenções governamentais.

Nesse trecho, Moura apresenta o Burgo de Itacaiúnas:

⁷Aldair José Dias Carneiro (2018) traz nova interpretação sobre a relação entre Lauro Sodré e Carlos Leitão. Segundo ele, a historiografia tradicional considera que Sodré concedeu empréstimo a Leitão para assegurar a posse e o desenvolvimento da região. O autor defende que o desenvolvimento do sudeste paraense já estava nos planos do governo estadual e que Sodré havia se aliado a Leitão devido aos dois terem como princípio o positivismo comtista, embora com intenções divergentes para com a região.

Dai a alguns minutos, saltávamos no Burgo de Itacaiúna e éramos recebidos pelos colonos, tendo á frente Carlos Leitão, que nos cercava de obsequiosidades, de modo que compensassem os enfados anteriores. Eis os principais trechos do extenso Relatório que sobre esse Núcleo Colonial apresentamos ao Governo do Estado do Pará, como resultado da comissão a nós incumbida naquela viagem. (Moura, 1910, p.249-250)

O texto inicia com um artigo escrito pelo Barão de Marajó a respeito de suas memórias da cidade de Belém entre 1847 e 1897 e depois Ignácio Moura disserta a respeito de sua viagem partindo de Belém, atravessando cidades próximas ao rio Tocantins até chegar no rio Araguaia. A narrativa segue em uma linguagem agradável, voltada a um público mais abrangente, inspirado em narrativas de viagem do século XIX (Cabete, 2010). Na última parte, anexa seu relatório da viagem a serviço do governo no Burgo de Itacaiúnas, demonstrando a atuação de um intelectual viajante a serviço de seu país e de sua região (Costa, 2006, p.33).

A natureza e as formas de viver da povoação do Itacaiúnas são descritas com o mesmo cuidado com que narra as condições de navegabilidade. O texto é centrado em discutir as possibilidades de colonização, enfatizando as atividades econômicas produtivas, como é possível perceber em seu relato que descreve a povoação do lago Vermelho (próximo ao rio Itacaiúnas):

Quando subi aquela escada de Jacob no dia 25 de Março, dei em cima com o terreiro limpo, que forma a única rua da povoação. Galinhas mariscavam e cabras pastavam num silencio beatifico, enquanto as mulheres, descuidosamente, na sala aberta das casas, fiavam á roca ou catavam o milho estendido nas esteiras enxutas. Parecia reinar ali a constituição da primitiva vida patriarcal: havia só uma casa de forno para fazer a farinha de todos aqueles lavradores. Mestre Germano, o negro patriarca daquela aldeia, rodava ao forno, enquanto o rapazio charqueava ao sol carnes de anta, veado e caitetú (MOURA, 1901, p.245).

A descrição da “primitiva vida patriarcal”, sob a liderança de mestre Germano, cujo povoado possuía pequenas criações, plantações e apenas um forno de farinha, demonstrava uma preocupação com as formas de produção agrícola e pastoril. Estas se mostravam obsoletas ao olhar do viajante que pretendia analisar as possibilidades de uma produção agropastoril no núcleo colonial do Burgo de Itacaiúnas.

Conforme Lacerda e Vieira, havia um projeto no final do século XIX e início do XX em textos produzidos por autoridades e grupos de letrados nos quais a ideia de progresso e desenvolvimento partiria da floresta e dos espaços rurais. Um dos entraves considerados era a oposição entre uma natureza fértil e até mesmo excessiva, com uma agricultura rudimentar; desse modo, o ensino agrícola, a correção dos “excessos da natureza” e o saneamento rural se constituíam em problemas a serem enfrentados na proposta de desenvolvimento do Pará nos primórdios da República. (LACERDA; VIEIRA, 2015, p.159-160). Dessa forma, o ensino agrícola seria uma proposta para esses letrados que:

Entendendo os agricultores como atrasados e pouco civilizados, desconsiderando a cultura dos lavadores do interior do Pará, que associavam muitas vezes a lavoura com o extrativismo, tais observadores viam no ensino agrícola a solução para este problema. (LACERDA; VIEIRA, 2015, p.164)

Esse tipo de perspectiva sobre a natureza e as atividades agrícolas pode ser observada no discurso de Ignácio Moura. Uma importante questão para o autor era a falta de modernização na lavoura. Não havia, por exemplo, moendas e forno para o fabrico de farinha, demonstrando um contraste entre a fertilidade da terra e as formas de produção (MOURA, 1910, p.251). Por encontrar essa situação, Moura acreditava que era mais viável a pecuária para a região devido a uma área de pastagem na região próxima ao Maranhão e a Goiás, local de onde vinham as provisões de carne verde. Para o autor, a vocação dos moradores do Itacaiúnas era a criação de gado:

A notícia do descobrimento destes campos e a de que o Governo do Pará ia tomar sobre si a respectiva exploração, fazendo abrir uma estrada de rodagem, despertou a atenção geral dos sertanejos de cima. A realização deste melhoramento daria como resultado o estabelecimento de uma colônia pastoril de mais futuro que a pequena colônia agrícola já existente, produzindo despesas e utilizando a verdadeira vocação daqueles habitantes, que sempre foram criadores e só cultivam a terra por necessidade, para tirar desta o preciso á sua subsistência. Existiam então no Burgo Itacaiúna, em domicilio próprio, 222 habitantes, compostos na maior parte de órfãos e mulheres, constituindo 55 famílias agrícolas. As barracas em que se acham morando essas famílias eram em número de 28 e quase todas mal construídas, garantindo-me, entretanto, o concessionário que, para realizar a discriminação dos lotes, só esperava a chegada de um engenheiro que ordenasse a construção definitiva das casas, que deverão ser de madeira de lei, do que há grande cópia nas matas circunvizinhas, e cobertas de telha (MOURA, 1910, p.253)

Definida a melhor atividade para a região a partir de suas concepções de engenheiro-geógrafo-historiador a serviço do Estado, sua preocupação vai ao encontro da educação agropastoril e católica. Segundo o contrato firmado entre Sodré e Leitão, deveriam ser erguidas escolas na região, o que não havia ocorrido ainda. Assim, Moura determinou o lugar em que elas deveriam ser construídas. Deveriam ser duas “casas para escolas” e/ou duas “escolas elementares”, uma para o sexo masculino e outra para o feminino “à vista do crescido número de crianças de ambos os sexos que ali se achavam abandonadas ao mais lastimável estado de ignorância” (MOURA, 1910, p. 254). Além do ensino religioso e de ofício, dever-se-ia ensinar nestas escolas noções de higiene e de saneamento rural. Nesse sentido, Moura defende que a implantação de áreas pastoris e de escolas auxiliaria na contenção de doenças tropicais, como as “febres intermitentes”.⁸

Foram destacadas por Moura as condições climáticas e topográficas, de modo a observar se havia condições satisfatórias e higiênicas para a implantação da colônia agrícola. Em geral, ele considera boas essas condições com clima ameno próximo aos 28º centígrados, no entanto, observa a insalubridade dos castanhais “conhecidos pontos de infecção da moléstia” (MOURA, 1910, p.250). A questão climática da região já era considerada como um aspecto fundamental nos projetos de atração de imigrantes estrangeiros desde o século XIX, sendo que diversas estratégias discursivas eram utilizadas nas obras de propaganda oficial como *El Pará* (1895), que circulava em cidades espanholas. De acordo com Sarges e Gomes (2014, p.4):

⁸Segundo Martins Costa, médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no livro *A malária e suas diversas modalidades clinicas*, de 1885, a doença malária era conhecida por diversos nomes, como paludismo, maleita, febres intermitentes ou febre sesonatica.

Dessa forma, pretendia-se mostrar, através de dados e testemunhos de sábios e viajantes, considerados “insuspeitos” pelo governador, que a temperatura sob a linha dos trópicos era suportável – agradável, até – e que não havia a alardeada insalubridade que causava pavor, opondo-se à detração regional levantada pelos sulistas em relação aos aspectos sociais, salutareis e geográficos da Amazônia, “demonstrando a superioridade do clima em razão dos ventos gerais e alísios e das chuvas abundantes”, contribuintes indispensáveis da salubridade e habitabilidade do solo.

Além de demonstrar preocupação com as questões de clima e salubridade da região, Moura faz um texto muito elogioso, até mesmo heroico, sobre os irmãos Pimentel e Heliodoro Lima em sua busca dos campos gerais, cuja aventura resultou na descoberta do caucho. Eles chegaram próximo aos campos, mas era um território indígena e não prosseguiram a viagem. Nota-se que em sua obra, Moura inseriu referências literárias de grande importância (a mitologia grega com Os Argonautas, o livro bíblico Êxodo com a história de Moisés, a literatura italiana com Dante Alighieri) no momento em que os irmãos Pimentel buscavam o *El Dourado*:

Pobres Moisés, que viam a terra prometida ao longe, onde, se tivessem a felicidade de tocar, não teriam aventura de lhe gozar os frutos. (...) Três companheiros, já enfraquecidos pela derrota e desesperados do bom êxito, foram de acordo que se dividisse o resto da farinha, a fim de poderem tocar para traz; porém, os dois Pimenteis e Heliodoro Lima, de armas na mão, lhes intimaram prosseguissem até aos campos ou até á morte. Este movimento de energia daqueles Colombos de um novo mundo produziu a harmonia na equipagem e restabeleceu a confiança nos chefes e o entusiasmo na empresa. O espirito de exaltação dos exploradores era tal que, apesar da alimentação sofrível, cada um deles apresentava a fisionomia emagrecida, como aqueles fantásticos heróis que o Dante pintou no caminho do Inferno, ou como os argonautas que procuravam o Velocino de Ouro. Antônio Pimentel, na luta das insônias golpeadas pela energia viril, sonhou que vira uma barraca indígena bem próxima de campos extensos, tão risonhos como aqueles em que brincava na infância. Os sonhos eram narrados aos pobres companheiros, em cujas faces amareladas parecia já perpassar o sorriso da descrença ou idiotismo do céptico. (Moura, 1910, p.258)

A memória de Carlos Leitão e dos irmãos Pimentel é recorrente em obras sobre a região como marco da fundação da cidade de Marabá.⁹ Sobre Carlos Leitão, alguns trechos do documento escrito por Ignácio Moura apresentam uma imagem de um administrador do Burgo com sensibilidade acolhendo as famílias em um barracão: “Carlos Leitão, para dar guarida a muitas famílias que ficaram sem casa, mandou construir um grande barracão de 25 metros de comprimento sobre 8 de largura com as precisas divisões” (MOURA, 1910, p.253). Em outro momento, é descrito como fidalgo: “o Sr. Carlos Leitão, sempre com o mesmo trato fidalgo, cedeu-nos uma canoa e guias que nos ajudassem a explorar rio acima, até ao ponto que fosse da nossa vontade” (Moura, 1910, p. 1962)

Havia uma tendência entre os intelectuais viajantes de colocar nomes dos proprietários de terras que os acolhiam nos acidentes geográficos; a memória desses proprietários ou colonos também é plasmada nas

⁹Pode ser encontrada essa referência em muitas obras que falam sobre a região, a exemplo de Marília Emmi: EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

obras do início do século XX, não com a nomenclatura da natureza, mas com a construção de uma memória sobre o local. Moura, sendo bem recebido por Carlos Leitão, traça um perfil do responsável pelo Burgo Itacaiúnas muito elogioso (sensibilidade e fidalguia) no relatório entregue ao governo do Pará, posteriormente publicado na forma de literatura de viagem que, de certa forma, perpetua a memória de Leitão (administrador) e dos Pimenteis (heróis) na região que hoje é o município de Marabá.

Carlos Leitão teria recebido os Pimenteis como heróis em meio a festas entre a povoação do Burgo, e seria um dos que tentaram divulgar a façanha dos irmãos Pimentel para o governo do estado e mesmo em um jornal estadunidense:

Carlos Leitão, com a sua gente, os recebeu como a heróis; organizaram-se festas, curaram-lhes as feridas abertas nos pés e no corpo pelos espinhos da travessia e pelos insetos, fazendo-se de tudo comunicação oficial ao Governador do Pará. Foi esta viagem interessante que excitou a curiosidade e o espírito investigador do jornalista new-yorkino (MOURA, 1910, p.260)

Assim, a questão de domesticar os excessos naturais da Amazônia como um discurso recorrente entre os letrados do início do século XX, discutida por Lacerda e Vieira (2015), pode ser notada nos escritos de Moura ao elencar os Pimenteis heroicos por seu enfrentamento da natureza demonstrado nas cicatrizes de espinhos e insetos.

É importante mencionar que a população indígena não é mensurada no texto como parte do povoamento humano da região e devia ser domesticada da mesma forma que a natureza: “Vale a pena conquistar aquela zona e civilizar aqueles homens, não a tiros de bacamarte, mas permeio de ensino e da prudência”. Apenas os colonos são considerados nas estimativas populacionais e os indígenas posteriormente levariam os colonos aos campos gerais. Haveria uma integração desses índios no futuro com a expansão da pecuária:

O caminho traçado pelos viajantes foi aproveitado pelos selvagens, que apareceram, meses depois, nas cercanias das roças do Burgo, amedrontando os habitantes, que, para evitarem deles um ataque, organizaram muralha de pau a pique em roda de todo o povoado. Tenho já, por várias vezes, defendido pelos jornais a malévolos intenção que querem prestar aqueles pobres índios, ocultos na riquezas os campos e afastados de uma civilização, que os recebe de bacamarte ao olho e de facão em punho (*). Tenho esperanças fundadas no futuro de que só esses selvagens trarão vida ao Burgo e nos levarão até á beira encantadora daqueles campos imensos, pasto de boiadas, que farão o nosso engrandecimento pastoril e perpetuarão o nome dos ousados viajantes que sangraram os pés demarcando o caminho entre a civilização e a catequese (MOURA, 1910, p.260)

Além da pecuária e de projetos de integração dos indígenas, Moura observa as atividades extrativas do caucho e da castanha e as possibilidades de navegabilidade do Araguaia: “O Araguaia tem águas mais calmas e cachoeiras mais fáceis de remoção do que o Tocantins, existindo trechos perfeitamente navegáveis, até por vapores, como entre Leopoldina e Santa Maria, em uma distância de 960 quilômetros” (MOURA, 1910, p. 270). Atentando para o abandono da colônia de São João do Araguaia desde os tempos do Império “A justiça publica estava quase completamente abandonada, e os criminosos de uns e outros Estados vizinhos passeavam por aquelas paragens desalmados e seguros” (MOURA, 1910, p.266-267).

O texto de Moura observa as paisagens de forma utilitária, observando as condições de colonização do presente visando às possibilidades de produção em uma vindoura modernidade para a região, com projetos de cunho agropastoril. Tanto as intenções de Moura quanto a efetiva implementação de políticas públicas colocaram este engenheiro de uma história enquanto (in)disciplina como figura historiográfica essencial para compreender as visões acerca da região, do estado e do Brasil.

CONCLUSÃO

A trajetória intelectual do engenheiro Ignácio Moura apresenta um enfoque na produção da historiografia da Amazônia, em que pese seu papel central como um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, sendo sua produção essencial ao se pensar a região e o país. Seu trabalho na produção de material didático para o ensino da história reforça seu papel na escrita e divulgação do conhecimento histórico.

Como intelectual viajante a serviço de sua região, ele pensa as possibilidades futuras do Itacaiúnas entendendo a natureza a partir de uma perspectiva utilitária dos usos dos rios e da terra, sugerindo que a agropecuária seria uma atividade promissora nessa localidade. Moura, em sua narrativa da história do sul do Pará, cristaliza uma genealogia fundadora dos “pioneiros” nessa região, iniciando uma narrativa de heróis fundadores com os irmãos Pimentel e Carlos Leitão. Essa produção historiográfica de Moura traz as marcas de seu tempo, quando os valores republicanos e os discursos de progresso e modernidade eram evidentes.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Katia Maria. A idéia de São Paulo como formador do Brasil. In: FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs). **Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

AGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: AGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de. **Sustainable settlement in the Brazilian Amazon**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1995.

ARAÚJO, Renata Klautau Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII**: Belém, Macapá, Mazagão. Porto: FAUP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Les héritiers: les étudiants et la culture**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.

BENOIT, Sébastien. **Henri Anatole Coudreau, 1859-1899: dernier explorateur français en Amazonie: une première biographie**. Préface de Frédéric Mauro; avant-propos de Guy Martinière. Paris: Harmattan, 2000.

BESSE, Jean-Marc; TIBERGHIEU, Gilles A; GLON, Eric. **Opérations cartographiques**. Arles-França: Actes Sud, 2017.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERRERA, Marieta de Moraes, (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CABETE, Susana Margarida Cavalheiro. **A narrativa de viagem em Portugal no século XIX: alteridade e identidade Nacional**. Tese de Doutorado em Literatura Comparada. Universidade de Nova Lisboa, Université Paris III, Lisboa, 2010.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**. V. 21, n. 40, São Paulo, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2002.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. **A História Contada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHAVES, Carlos Eduardo. Um frei entre o Xingu e o Araguaia: circulação de informação e civilização indígena no século XIX. In: SOUZA, César Martins; CARDOSO, Alípio. (orgs). **Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Sec. XVII – XXI)**. Belém: Ed. Universitária UFPA, 2008.

COELHO, Marinilce Oliveira. **O grupo dos novos: memórias literárias de Belém do Pará**. 1. ed. BELÉM: Editora Universitária UFPA, 2005.

Congrès national des sociétés historiques et scientifiques (130th: 2005: La Rochelle, France). Les voyageurs charentais et la redécouverte des Amériques (XVIIIe-XIXe siècles) / sous la direction de Guy Martinière et Jean-Bernard Vaultier. Publisher: Paris: Les Indes savantes; [Saintes]: Le Croît vif, [2016].

CORMINEIRO, Olivia Macedo Miranda. Dos abismos: imaginação e tradição na tessitura da narrativa sobre os rios Araguaia e Tocantins em Ignácio Baptista de Moura e J. A. Leite Moraes. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais** Vol. 12, nº 1, 2015.

COSTA, Wilma Peres. Narrativas de Viagem no Brasil do século XIX – Formação do Estado e Trajetória Intelectual. (Org.) BASTOS, Elide, RIDENTI, Marcelo e ROLAND, Denis. **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Arte, literatura e revolução: Bruno de Menezes, anarquista, 1913-1923. In: FONTES, E. J. O.; BEZERRA NETO, J. M. (Orgs.) **Diálogos entre história, literatura & memória**. Belém: Paka-Tatu, 2007.

_____. Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, pág. 176-195, jun, 2009.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; MORAES, Tarcísio Cardoso. Ignácio Baptista de Moura, polígrafo, 1857-1929. **Estudos Amazônicos**, n. 2, p. 69-73, 2007.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Pouvoirs, villes et territoires**. Genèse et représentations des espaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil), XVIII^e-début du XIX^e siècle. 2001. Tese (Doutorado em História) - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2001.

GALVÃO JÚNIOR, Heraldo Márcio. Nacionalismo, cosmopolitismo e afrancesamento em Mon coeur balance e Leur âme, de Oswald de Andrade e Guilherme de Almeida. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Occhiacci di legno**: nove riflessioni sulla distanza. Milano: Feltrinelli, 1998.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Tradução de Antônio Narino. – Lisboa: DIFEL, 1989.

GIRALDIN, Odair. Catequese e civilização. Os capuchinhos “entre” os “selvagens” do Araguaia e Tocantins. Bol. **Museu Paraense Emílio Goeldi**, v.18, n. 2, 2002

_____. Território, meio ambiente e povos indígenas no Tocantins. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael. **Trópicos de História**– Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVI a XXI). Belém: Açaí, 2010. p. 229-251.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **O Pará em 1900**. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, v. 2 - Antonio Gramsci: os intelectuais. **O princípio educativo**. Jornalismo. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 18.

GUIMARÃES, Iza Vanessa Pedroso de Freitas. Amazônia no domínio das águas: Hurley e a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1917-1938). **Revista de História Regional**, n.17, v.1, 2012.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HARLEY, J.B. **The New Nature of Maps**: Essays in the History of Cartography. (Edited by Paul Laxton). Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2001.

HEMMING, John. **Ouro vermelho**: a conquista dos índios brasileiros. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. “O celeiro da Amazônia”: agricultura e natureza no Pará da virada do século XIX para o XX. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 157-181, jan./jun. 2015.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

LEED, Richard. **La mente del viaggiatore**: Dall’Odissea al turismo globale. Bolonha: Il Mulino, 1992.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil**: Um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

MAGNOLI, Demetrio. **O corpo da pátria, imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: UNESP, 1997.

MORAES, Roque e GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MORAES, Tarcisio Cardoso. **A engenharia da história**: natureza, geografia e historiografia na Amazônia. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2009.

MOURA, Ignácio (Org.). **Anuário de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916**: histórico, artístico e comercial. Belém: Imprensa Oficial, 1915.

_____. **De Belém a S. João do Araguaia**: valle do Rio Tocantins. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.

NUNES, Benedito. Paris N' América. **Asa da palavra**, Belém, v., n. 12, julho, 2001.

PLUET-DESPATIN, Jacqueline. **Une contribution a l'histoire des intellectuelles**: les revues. Cahiers de L'Institut du temps present; sociabilités intellectuelles, lieux, milieu, réseaux, mars 1992.

RÊGO, Walquiria Domingues. Federalismo e fundação da nação. (orgs). RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLAND, Denis. **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

RÉMOND, René. (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS, Carcius Azevedo dos. **Araguaia natureza, Araguaia projeto**: paisagens socioambientais em Couto de Magalhães, século XIX. Dissertação de Mestrado em História, UNB, Brasília, 2007.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

SARGES, Maria de Nazaré; COELHO, Anna Carolina de Abreu. Do Rio Amazonas a Península Ibérica – viajando com o Barão de Marajó. **Vária História**. Vol. 30, n 53, mai/ago. 2014. p. 487-505.

SARGES, Maria de Nazaré; GOMES, João Arnaldo. Os espanhóis na cidade de Belém: conflitos e solidariedade. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 11, ano XI, nº 1, 2014.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: Rémond, Rene (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

TOURNEAU, François-Michel Le ; GREISSING, Anna (collab.). **Géohistoire d'un grand fluve amazonien**. Presses Universitaires de Rennes, collection Des Amériques, 2013.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1859-1920). São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WILLIAMS, Raymond. "The Bloomsbury fraction". In: **Problems in materialism and culture**. Londres, Verso Editions, 1982.

_____. **O Campo e A Cidade na História e na Literatura**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

_____. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Texto recebido em: 27/05/2022

Texto aprovado em: 13/01/2023